

NACIONALISMO E REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE NAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS BRASILEIRAS

*Lainister de Oliveira Esteves**

Resumo: Este artigo discute o problema da nacionalidade da literatura brasileira nas histórias literárias escritas por Sílvia Romero, José Veríssimo e Antonio Candido. O exame destas três obras enfatiza as relações entre nacionalismo e realismo ficcional e sugere que a consagração paradigmática do nacionalismo como horizonte interpretativo define o realismo como elemento central da literatura brasileira. Ao definirem a busca do nacional como a grande missão dos letrados brasileiros do século XIX, as análises dos três críticos ajudam a consolidar a percepção de que a representação da realidade seria uma vocação da nossa literatura.

Palavras-chaves: Literatura brasileira, História literária, Nacionalismo, Realismo.

Abstract: This article discusses the problem of nationality in Brazilian literary histories written by Sílvia Romero, José Veríssimo and Antonio Candido. The examination of these three works emphasizes the relationship between nationalism and realism, and suggests that the consecration of nationalism as interpretative horizon defines realism as the central element of Brazilian literature.

Key-words: Brazilian literature, Literary history, Nationalism, Realism.

A questão nacional é, sem dúvida, o alvo mais constante das análises das histórias literárias brasileiras. Delimitando a construção da “identidade nacional” como a grande missão dos letrados do século XIX, os estudos literários brasileiros tendem a vincular inelutavelmente o projeto de construção da nacionalidade e o processo de consolidação da independência política brasileira com a autonomização da produção literária.

A Literatura forneceria o enredo do país em construção, estando quase exclusivamente a serviço da composição de um suposto “vínculo de nacionalidade”, forjando um repertório

* Doutor em História Social pelo PPGHIS da UFRJ e professor do curso de Pós-Graduação em História Social e Cultural do Brasil da CEPOPE/FEUC

cultural comum. Nesta chave, o romantismo aparece fundamentalmente como uma forma de nacionalismo, assumindo o papel de construir e interpretar o Brasil, ou seja, como afirma Abel Barros Baptista (2005), a literatura brasileira seria brasileira antes de ser literatura.

Ao eleger a questão nacional como tema indispensável, a historiografia literária brasileira, nos trabalhos eminentes de Sílvio Romero (1980), de José Veríssimo (1998), e de Antonio Candido (1981), organizou os fundamentos de análise e críticas literárias, praticamente, em torno de um único sentido. Para além das diferenças que marcam os críticos, reside a certeza de que nas narrativas das três histórias literárias o ser nacional é o grande herói. Sílvio Romero estabelece os parâmetros mais precisos de uma trama marcada pelo progresso da literatura como pano de fundo — e ao mesmo tempo como agente — do processo civilizador; José Veríssimo estabelece um cânone restritivo e propriamente literário, que seria apropriado, no princípio da formação, por Antonio Candido, que o sofisticava, tornando academicamente mais influente a teleologia nacionalista.

Posta no centro de uma trama análoga aos volumosos romances oitocentistas, centrada em um desenvolvimento progressivo e redentor, a nação triunfa para além das adversidades, roubando a cena literária, impondo-se como se nada mais houvesse para ser representado, pensado, projetado.

O triunfo deste padrão de legibilidade naturaliza nos estudos literários sobre a literatura brasileira os pressupostos herdados da historiografia romântica do século XIX. A linguagem torna-se veículo de acesso a conteúdos de um real concebido fora dos textos, e, ainda que convertido em estrutura interna, trata-se de um real positivado para servir como referência a um passado que escapa. No acesso a esse mesmo passado objetivado — ainda que em estruturas submersas a serem desvendadas pelo crítico —, formula-se um critério de juízo: quanto mais representativo, melhor. O problema nacional passa a corresponder também a uma adequação performática em relação ao Realismo, em que ler Literatura é reconhecer o empírico.

Como se pretende mostrar com as análises a seguir, o uso por vezes um tanto indiscriminado de categorias ideais - como Romantismo, Naturalismo e Realismo, por exemplo - recobre gêneros diversos e até mesmo conflitantes com um véu de coerência e organização. São conceitos de efeito apaziguador que criam caminhos supostos como naturais para determinadas conjunturas. Nesse caso, o contínuo evolucionista iluminista deságua espontaneamente na invenção de tradições nacionais, forjando cânones relacionados a projetos específicos que, por força de uma suposta hegemonia, resumem a produção literária de um período.

Sílvio Romero: a definição de um modelo

Figurando entre os textos fundamentais da crítica nacional, *História da literatura brasileira* (1980), de Sílvio Romero, é um volumoso acervo analítico de obras produzidas desde o século XVI que chegou a ser considerado por Antonio Candido como o monumento central da historiografia literária brasileira. A obra, que a partir da terceira edição póstuma passou a ser organizada e prefaciada por Nelson Romero (filho do autor), tendo várias partes anexadas, foi editada pela primeira vez em 1888 pela editora Garnier. No prólogo, Sílvio Romero deixa claro ser este um “livro de amor” feito por um estudioso que teve sua trajetória marcada por polêmicas e que tem consciência de haver desagradado muitos dos que o leram.

O rigor crítico que o tornou figura controversa nas letras brasileiras é explicado pelo pessimismo em relação ao Brasil: é o quadro subdesenvolvido da nação brasileira que é atacado quando rompem as críticas literárias mais violentas. No entanto, no ano de publicação de *História da literatura brasileira*, o cenário já não é tão desolador, uma vez que:

Os anos se foram passando, a evolução do Brasil foi se alargando, o Paraguai foi vencido, a escravidão recebeu golpe certo, que a fez estrebuchar até vir agora morrer, em grande número as ideias se foram agitando, o autor em silêncio começou a estudar em globo o seu país sob diversos aspectos, e compreendeu que em 1888 devia estar modificado o pessimismo de vinte anos atrás (ROMERO, 1980, p.34).

O livro surge quase como uma reconciliação de Romero com o Brasil, com a cultura brasileira, resposta ao pessimismo que marcara trabalhos anteriores como *Filosofia no Brasil* (1878), e *Literatura brasileira e crítica moderna* (1880). O sentido da obra, sua causa mais nobre, é a de prestação de serviço ao Brasil. Organizar a história literária significa oferecer ao povo brasileiro uma imagem de sua evolução como nação civilizada. “Inspirei-me sempre no ideal de um Brasil autônomo, independente na política e mais ainda na literatura. Desse pensamento inicial decorreram todas as minhas investidas no domínio das letras” (ROMERO, 1980, p.47), afirma categoricamente. O imperativo do dever cívico perpassa toda sua atuação crítica.

A obra em questão é a apoteose de um ousado projeto que pretende dar conta de toda a produção literária brasileira, submetendo o universo das Letras a uma análise crítica que permita deixar claro um determinado caminho a ser seguido. Seu conceito de Literatura é bastante amplo, remetendo, segundo ele, à tradição de críticos alemães e incluindo todas as “manifestações da inteligência de um povo: ‘política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letras,

que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia!...” (ROMERO, 1980, p.58). Esse conjunto amplo de textos é analisado tomando como base o que o autor chama de “evolucionismo filosófico”, tipo de aparato intelectual que o permite questionar paradigmas românticos.

A reação contra o que chama “velho romantismo transcendental e metafísico”, que, dentre outras questões, define o fenômeno literário como produto exclusivo de uma mente criativa autoral, foi o que lhe forneceu argumentos para pensar a literatura como produto de um meio, resultado de um determinado estágio do processo civilizatório e da posição de um sujeito diante deste mesmo estágio. Negando a crítica romântica, pensou as letras brasileiras dentro de um contexto sócio-histórico mais amplo, tornando-se um dos introdutores do “determinismo literário” na crítica nacional.

O escritor passa a ser observado como fruto de uma cultura específica, produto de uma equação que envolve termos como raça e meio, sem excluir as influências externas oriundas de tradições literárias supostamente mais consolidadas como a europeia. A Literatura, como todos os fenômenos do mundo social e biológico, passa a estar submetida às leis gerais que regem a evolução.

O caráter definitivo da psicologia e, portanto, da literatura brasileira, a mestiçagem é para o crítico uma das mais valiosas chaves de interpretação da cultura nacional. Segundo Antonio Candido, Silvio Romero oscilou no que tange a seu juízo: “ora achava o mestiçamento um bem, pois de outro modo não haveria adaptação do branco ao trópico; ora, com mais pessimismo, julgava-o um mal inevitável, quase humilhante.” (CANDIDO, 2006, p.54). Fato é que a mestiçagem seria responsável pela acomodação das referências externas, e a literatura brasileira se traduziria como efeito dessa mestiçagem incontornável.

Ainda, segundo Silvio Romero, a participação um tanto ou quanto tardia do Brasil na vida cultural do Ocidente teria tornado a reprodução dos modelos externos uma fatalidade, e a redenção só poderia acontecer no dia em que fosse possível ao povo brasileiro lançar sua contribuição própria ao mundo das letras. Esse momento estaria atavicamente atrelado à evolução racial, e a autonomia cultural brasileira seria resultado de um processo evolutivo que culminaria em um tipo particular de literatura expresso na fusão de elementos díspares que fizesse predominar o branco fenotípico.

O Brasil se ressentiria do fato de ter abrigado povos de “tão variados estádios da inteligência”, o que geraria uma espécie de consciência fragmentada. Os negros representariam “o momento primeiro do fetichismo, fase primordial da idade teológica”, enquanto os índios estariam “no período da astrolatria, momento mais adiantado do estado

fetichista”, e os portugueses, ainda que monoteístas, “tinham grandes resíduos da época anterior — o politeísmo” (ROMERO, 1980, p.102). O quadro de desordem do conjunto de crenças e de tradições que agrupou em um mesmo solo diferentes “fases de pensamento” leva Sílvio Romero a concluir que até meados do século XIX o Brasil não teria uma identidade cultural definida.

É sintomático que o primeiro tomo da história literária de Sílvio Romero trate de fatores gerais da civilização brasileira. Antes de ir à crítica textual propriamente dita, o autor estabelece parâmetros e define genericamente o contexto no qual a produção letrada surge.

Na primeira parte, denominada “Fatores da literatura brasileira”, analisa teorias sobre a história brasileira e tenta entender as origens do atraso civilizatório ao qual o país está submetido.

Na segunda parte, “Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro”, o autor investiga a mestiçagem do que chama de “literatura popular”, ou seja, vale-se do fenômeno literário para entender a relação entre as raças e vice-versa.

Na terceira, “O Brasil social e os elementos que o plasmaram”, observa mais detidamente os três fatores raciais: o índio, o negro e o português. Nas “Conclusões gerais”, oferece um resumo das ideias apresentadas para, na quinta parte, “Da crítica e sua exata definição”, traçar uma pequena história da crítica literária no Ocidente, definindo suas características e suas funções. A crítica literária é pensada como um ramo da lógica, encarregada de analisar a aplicação das leis que regem as criações espirituais por parte dos autores.

Delimitando a função da crítica como análise da adequação às leis que regem o espírito humano no tempo e não simplesmente às convenções retóricas, Sílvio Romero abre espaço para a crítica de textos produzidos a partir do século XVI. O determinismo literário apresenta sua expressão analítica: é observando o desenvolvimento gradual do espírito humano organizado em leis universais que o crítico deve perceber a legitimidade de uma obra literária, determinada pela adequação precisa a este mesmo desenvolvimento. Boa literatura é a expressão eficaz de um estágio civilizatório transformado em repertório letrado.

Ao investigar os textos produzidos entre 1500 e 1750 no tomo denominado “Primeira época ou período de formação”, o autor enfrenta o problema das origens. Negando a tese de José Melo de Moraes Filho, que em *Parnaso brasileiro*, obra de 1885, elegeu o Padre José de Anchieta como fundador da Literatura brasileira, diz ser este apenas um precursor, e o título de fundador, se legítimo, deveria caber a Gregório de Matos Guerra.

Os méritos deste como único fundador possível residem basicamente, para além de seu suposto talento poético superior, no fato de ter nascido no Brasil e de ter produzido uma obra mais mundana e nacional. A origem da literatura brasileira fica evidentemente atrelada ao caráter anacronicamente nacional da produção letrada setecentista.

Para Sílvio Romero, o sentimento de pertencimento à nação torna-se elemento decisivo para o estabelecimento das bases da literatura brasileira. Expressar relação íntima com os temas, os sentimentos e os traços do espírito nacional desponta como o subsídio crucial para a formação de um cânone forjado nas linhas de um progressivo aprofundamento do problema da representação do Brasil. Nesse sentido, a história da literatura brasileira é narrada como “a descrição dos esforços diversos do nosso povo para produzir e pensar por si”, e se traduz como “a solução vasta do problema do nacionalismo” (ROMERO, 1980, p.406). E de forma ainda mais taxativa afirma que “quer se queira, quer não, esse é o problema principal de nossas letras e dominará toda a sua história”. (ROMERO, 1980, p.407). Mas a questão não se resume à mera adoção de temas nacionais, o sentimento profundo não se busca, não deve corresponder a nenhum projeto articulado. Para Romero, “um caráter nacional não se procura, não se inventa, não se escolhe; nasce espontaneamente, bebe-se com o leite da vida, respira-se no ar da pátria” (ROMERO, 1980, p.407). O nacionalismo legítimo é o que nasce espontaneamente e se naturaliza. Por esse caminho, a formação do cânone ganha ares de condição intrínseca à evolução de um estado espiritual refletida em fatos históricos. O caminho literário brasileiro, tornado espontâneo por força dessa tese, veicula a ideia de um repertório que deve se consagrar necessariamente e à ilusão de um único caminho possível.

Analizada como uma ramificação da história social, como “necessidade orgânica da vida das nações”, a história literária manifesta-se como desdobramento de um *zeitgeist* moderno invariavelmente canonizador. Para o determinismo de Romero, qualquer produção letrada deve corresponder à história do espírito das nações remetida a um tipo particular de humanismo.

Todas as grandes doutrinas que em todos os tempos fizeram um alto e vasto conceito da *humanidade*, fizeram-no também da *pátria*. A ideia de humanidade não apagou jamais a ideia de pátria; ao contrário, fundou-se sempre nela. Ainda hoje vê-se num dos mais notáveis sistemas filosóficos do século XIX o positivismo, um valente exemplo de tão importante verdade (ROMERO, 1980, p.661).

O positivismo é convocado para legitimar o clamor pátrio, dissolvendo a possível tensão entre o local e o universal. O conceito de humanidade como expressão de valores

universais torna-se corolário da noção de pátria e da defesa dos valores locais. Na percepção do crítico, valores universais — como justiça e moralidade — se articulam com o que é de ordem local. A produção literária deve situar-se entre esses polos. Neste ponto, aproxima-se da crítica romântica, que ataca duramente em várias passagens da obra. De certa maneira, a resolução do conflito dos valores transcendentais com a busca da representação dos aspectos nacionais encerra sua análise sobre o que chama de “período de formação”, que se estende do início do século XVI até meados do século XVIII. Momento-chave por esboçar “os mais apreciados temas da estesia pátria: a natureza e o espetáculo das raças selvagens”. O rascunho desses assuntos, tratados mais claramente no chamado “período de desenvolvimento autônomo” (1750-1833), configuraria a base, o núcleo que se desdobraria por toda história literária brasileira.

Anunciado no século XVI, um Brasil imaginário passa a pautar uma trajetória de representações pensada a partir da consolidação da ideia de nacionalismo própria do século XIX. Se o período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX corresponde ao momento de consolidação de um suposto nacionalismo, com o amadurecimento do campo literário com destaque para a Escola Mineira e o surgimento de algumas sociedades literárias pelo Brasil, o próximo estágio, após um breve período transitório, é o romantismo.

Interpretado como reação às convenções clássicas, nas quais ideias e linguagens obedeciam a formas predeterminadas, a fase romântica teria introduzido alterações metodológicas na literatura: “foi a introdução do princípio da relatividade nas produções literárias; foi o constante apelo para o regímen da historicidade na evolução da vida poética e artística” (ROMERO, 1980, p.782). É entendida como uma fase libertadora na medida em que descentraliza as práticas letradas.

O sentido de liberdade se desdobra em um sentimentalismo que se reproduziria em personagens-tipos como Werther, Corina, Adolfo, Olímpio, René, Jocelyn, Lélia, entre outros. Forjado por homens pálidos e tristonhos, cheios de mágoas e desconsolos, que dedicam versos a moças de olhos languens, faces descoradas, feitas basicamente de sonhos e de quimeras, o estilo exaltaria o predomínio da imaginação, o princípio da fantasia. A estética romântica é condenada pelo imperativo de realidade. Este parece ser o único alvo legítimo para qualquer obra que almeje reconhecimento. O veto à fantasia estabelece um programa relativamente preciso para a produção literária: o caminho da grande literatura é a busca pelo

real em seus aspectos baixos e sublimes. Entre a alma e a vida orgânica só há espaço para um princípio de concretude que rejeite devaneios frívolos e artificiais.

Tentando definir um lugar na cultura brasileira para a produção letrada atribui funções bem específicas para o fazer literário, e aí o fantasma do nacionalismo assombra o crítico em seu sentido de realidade, convertendo-se em critério absoluto de construção de valor. Só interessa a literatura que sirva à nação, e servir significa representá-la, enfatizando sua expressão popular, nativa. Considerada como dever cívico, só lhe é permitida exercer cargo oficial.

O mérito do Romantismo estaria em fortalecer o sentimento nacional como desdobramento do novo estágio civilizatório que o Brasil experimentaria. A independência política seria convertida em autonomia literária por força de uma evolução natural de ideias-chave. O resultado é uma noção de literatura una, marca incontornável de uma experiência cultural. Para Sílvio Romero, o sentido de originalidade reside na capacidade de adaptação das grandes ideias a circunstâncias específicas. A história da literatura pode ser interpretada como o processo de particularização original das ideias fortes que são o cerne das práticas letradas no mundo. É o germinar em solo nativo de conceitos construídos em um tipo de exterioridade ideal, um tanto ou quanto inominável.

O processo de aclimação de ideias pressupõe também um repertório próprio que é mesclado com uma herança, definida através de uma “filogenia ontogênica” referenciada na civilização. A cultura é a substância e o palco onde surge o repertório letrado canonizado na medida de sua adequação evolutiva. Respeitadas as devidas diferenças de fase e de ênfase temática, o romantismo aparece como momento crucial das letras nacionais na medida em que insere o Brasil no jogo civilizatório Ocidental, trazendo o problema nacional para o centro, nacionalizando um processo transnacional que equaciona civilização, cultura, pátria e nacionalismo.

Ainda que esteja atavicamente ligado à formação cultural brasileira, o nacionalismo literário é marcado por um processo de diferenciação que lhe garante maior autonomia e originalidade com o avanço civilizatório. Nesse sentido, mesmo não sendo definida por adoção temática, seria sintomática a relação entre o amadurecimento letrado e a recorrência de temas notadamente nacionais na produção letrada do século XIX. Se é impossível fugir da nacionalização, é possível ser mais ou menos bem-sucedido ao se tentar representá-la, como se pode ler, por exemplo, no supracitado comentário sobre a obra de Teixeira e Souza. Para Sílvio Romero, é impossível não produzir literatura nacional, mas é possível falhar ao ser nacionalista.

O crítico defende uma estética de valor global que recuse certo cosmopolitismo banal e impertinente voltada para a dimensão geral que possa haver no particular. Nesse jogo, o nacionalismo, ainda que inconsciente, naturalizado, torna-se critério de diferenciação e de valor.

Existe uma história da Literatura brasileira porque existe um processo de abasileiramento da produção letrada. A literatura amadurece na medida em que sua função primordial ganha caráter cada vez mais oficial; representa o Brasil na medida em que reafirma seu amadurecimento cultural. Sob o imperativo nacionalizante, Sílvio Romero constrói sua ontogenia literária e estabelece o modelo crítico que definiria os termos do que se convencionou chamar de história da literatura brasileira, estabelecendo um cânone diretamente articulado com o processo de autonomia política da nação.

José Veríssimo: a definição do cânone literário

Em *Zéverissimações ineptas da crítica* (1909), Sílvio Romero analisa o trabalho crítico de José Veríssimo, expondo suas maiores divergências. O livro pode ser considerado um dos pontos mais extremos de uma rivalidade intelectual que marcou a formação da crítica literária brasileira. Nele, Romero ataca violentamente José Veríssimo, acusando-o de ser dissimulado por mascarar “elogios babacosos e fingidas atenções diplomáticas” (ROMERO, 1909, p.6). Ofensas pessoais à parte, a obra (que tem como subtítulo *repulsas e desabaços*) traz as insatisfações de Romero em relação ao desprezo com que Veríssimo trataria a produção de Tobias Barreto e ataca primordialmente os textos publicados na coluna do *Jornal do Commercio* assinada pelo crítico paraense. Nela fica bem clara a diferença entre duas correntes analíticas em voga no final do século XIX e início do século XX.

A oposição mais evidente situa-se na sociologia literária de Sílvio Romero e no caráter mais propriamente retórico e estético de José Veríssimo. Enquanto o primeiro teria construído uma teoria do desenvolvimento literário a partir da evolução das sociedades, o segundo teria um tipo de análise mais ligada a convenções de gênero e a adequações formais. Veríssimo teria maior preocupação com a psicologia autoral, dando maior importância às potencialidades criativas individuais. Sua postura seria retrógrada, segundo Romero, que afirma em uma passagem: “o Sr. José Veríssimo, no seu atraso, nunca entendeu a moderna *crítica sociológica*, por mim inaugurada no Brasil, e tem feito até muita gente retrogradar e recair na mera crítica retórica, ou na *soi-disant* psicológica” (ROMERO, 1909, p.19). Esse modelo moderno seria superior por ter maior força explicativa, enquadrando o fenômeno

literário em um arcabouço teórico mais amplo, e deveria vigorar de acordo com o amadurecimento da crítica feita no Brasil.

Ainda, segundo Sílvio Romero, a abordagem de José Veríssimo representaria risco de retrocesso para a cultura nacional, pois seu conservadorismo seria marcado pela “incapacidade de formular sínteses e estabelecer ideias teóricas”, o que teria feito “retrogradar, entre nós, a crítica” por se mostrar “alheio ao fundo movimento que vai transformando a vida intelectual moderna” (ROMERO, 1909, p.6). Demarcando seu lugar como crítico em total sintonia com seu tempo, Romero não mede palavras para estabelecer determinado padrão que defina seu método como mais legítimo. Sua tentativa de afirmação de um modelo força a construção de um José Veríssimo tacanho e ignorante. Constrói retoricamente um adversário frágil para triunfar plenamente

Apesar das divergências que muitas vezes extrapolam o domínio estritamente intelectual, as histórias literárias dos dois críticos têm inúmeros pontos de contato que permitem que se afirme que a *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, tenha como uma de suas referências básicas a obra de Romero. Publicada em 1916, destaca-se pela capacidade de síntese, analisando de Bento Teixeira a Machado de Assis em um único volume. Os pressupostos, no que tange ao nacionalismo, não diferem muito. O esforço novamente recai sobre o processo de autonomia literária. Nesse sentido, o primeiro parágrafo da introdução é bem eloquente:

A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que não se confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento manifestado literariamente que dá a nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia (VERÍSSIMO, 1998, p. 23).

A história literária brasileira se traduz como história da manifestação literária de um espírito nativo que não se deixa abalar pela opressão portuguesa. Não há como distinguir nesses termos literatura e vocação nacional, pois a primeira se define por seu caráter atavicamente nacionalista.

A referência portuguesa, muito mais decisiva no período colonial, aparece como a oposição necessária até o romantismo. Nesse sentido, o século XIX, com o advento do

programa romântico, surge como o momento da afirmação absoluta coadunada com a afirmação de um Brasil politicamente autônomo.

O conceito de Literatura de José Veríssimo é bem mais restrito do que o de Sílvio Romero, para o crítico paraense só poderia ser considerado propriamente literário textos escritos com o propósito de atingir determinado sentido artístico. Privilegia o que chama de “boas ou belas-letras, conforme a vernácula noção clássica”, distinguindo-as, desta forma, do que considera uma “pseudonovidade germânica”, que define qualquer prática letrada como literatura.

A tradição alemã, forjada em grande medida a partir da filologia, define as pesquisas literárias a partir do relativismo histórico associado à análise crítica dos textos. Segundo Joseth Jurt, (2004, p.30) desde 1842 o conceito de *Literaturwissenschaft* (ciência da literatura) contrasta com o de *Literaturkritik* (crítica literária). Já na França, e em outros países como Itália ou Espanha, o conceito de crítica literária qualifica tanto as pesquisas universitárias quanto o trabalho de jornalistas. Nessa tradição, a crítica inclui diversas formas de abordagem do texto, privilegiando critérios estéticos e o gosto.

Por outro lado, a filologia alemã, com seu estatuto de ciência geral da cultura, torna a crítica parte de um esforço interpretativo mais amplo, esvaziando um pouco sua autonomia. Cria-se então uma separação entre a crítica acadêmica e a jornalística. As ditas ciências sociais operam ainda uma oposição às letras, requerendo um aporte científico supostamente ausente na análise mais retida nos textos. As duas correntes não devem, no entanto, ser pensadas como absolutamente antagônicas. O próprio trabalho de Lanson e sua visada científica e positivista podem ser considerados produtos da relação com a filologia que teria circulado na França fundamentalmente a partir da década de 1840.

Mais próxima de Lanson, a obra de José Veríssimo primou pela análise particular, individual e por vezes psicológica. O elemento histórico-social não é desconsiderado, mas tem peso infinitamente menor do que nos trabalhos de Sílvio Romero. Em sua busca pelos textos-chave, Veríssimo defende que a história deve se ocupar daqueles que permaneceram na memória da nação, autores que sobreviveram ao tempo — seja pela qualidade estética ou pela importância estratégica em momentos decisivos — e que são partes incontornáveis do repertório nacional. Debruçando-se sobre um corpo de textos legitimados pela vida literária, o historiador deve confirmar um panteão legitimado pela história.

Nesse sentido, a história literária transforma-se em uma máquina poderosa de canonizar o canonizado, legitimando textos que teoricamente já teriam sido legitimados pelo

tempo. O efeito é de uma representação laudatória das Belas-Letras constitutivas do espírito nacional, em uma sacralização letrada que exclui o circunstancial com o argumento explícito de garantir o que transcende. A transcendência, nesse caso, é assegurada pela qualidade estética, que por sua vez não pode se dissociar de certo sentimento sobre a nação brasileira.

Estruturada a partir de um conceito mais específico de literatura, desconsiderando textos que Sílvio Romero julga fazerem parte da história da literatura, com intuito mais claramente canônico, a *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, estabelece os termos do panteão literário brasileiro. É basicamente em torno desse *corpus* canônico que Antonio Candido viria a estruturar seu sistema literário, que garantiria definitivamente a consagração do nacionalismo como referência nos estudos literários brasileiros.

Antônio Candido e a estruturação de um sistema

Publicado em 1957, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, de Antonio Candido, é o modelo analítico de maior triunfo nos estudos literários brasileiros. O caráter consistente e abrangente do sistema o fez figurar como referência máxima no ensino universitário brasileiro no tocante à história literária nacional. Inúmeros trabalhos e teses já se ocuparam da obra, mas o enfoque aqui será especificamente no que tange à definição de uma função oficial para a literatura que tenha num certo sentido de realismo e em modelos de representação do Brasil a sua questão central. Nesse sentido, será possível analisar como o estabelecimento do sistema como paradigma crítico hegemônico finda por definir a produção literária oitocentista a partir de funções específicas. No prefácio à segunda edição da obra, escrito em 1967, o crítico deixa bem claro seu enfoque:

A este problema se liga um derradeiro pressuposto do livro, que parece não ter sido bem compreendido, naturalmente porque o expliquei mal. Quero me referir a definição de nossa literatura como eminentemente interessada. Não quero dizer que seja “social” nem que deseja tomar partido ideologicamente. Mas apenas que é toda voltada no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos para a construção de uma cultura válida no país. Quem escreve contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional. [...] A literatura no Brasil, como a de outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste na literatura nos países da velha cultura (CANDIDO, 1981, p.23).

Empenhados em representar, construir e definir os termos do que poderia ser chamado de Brasil, os agentes que teriam articulado a formação da literatura no país se punham diante de uma única missão cívica. As práticas literárias da segunda metade do século XVIII até o último quarto do XIX girariam em torno do mesmo universo, partilhando dos mesmos

interesses políticos. Cabe aqui reproduzir sua clássica definição de literatura tendo em vista a atribuição de sua função primordial.

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e por que se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo manifestações literárias, de literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (CANDIDO, 1981, p.23).

A construção do sistema como fenômeno da civilização depende da articulação de escritores conscientes de sua função, da formação de um público e de uma linguagem responsável por estabelecer a relação entre os termos. Para Candido, o despertar da consciência literária, ao menos no que se refere aos produtores, dar-se-ia no arcadismo. Colocando-se ao lado dos primeiros românticos e de críticos estrangeiros como Ferdinand Denis e Almeida Garret, define seu projeto uma “história dos brasileiros em seu desejo de ter uma literatura” (CANDIDO, 1981, p.25). Segundo Candido, essa tendência se acentuaria com a independência política, a atividade literária atuando na construção de um país livre a partir de um programa supostamente estabelecido sob a premissa de especificação temática que visaria representar o Brasil em seus mais variados aspectos. Essa tomada de consciência torna-se o fator-chave do processo de formação. A missão cívica e a vocação nacionalista das letras brasileiras teriam como um de seus mais sensíveis efeitos imediatos um veto à imaginação, que redundaria no caráter necessariamente realista da literatura do período.

Interno e externo, e arte e realidade são termos ao mesmo tempo opostos e complementares que guiarão as análises de Antonio Candido e que servirão para que ele legitime seus juízos estéticos. Organizando sinteticamente estes pólos, o crítico constrói a noção de sistema que marca sua história literária. É com essa noção implicada de realidade e literatura que o crítico tece sua ideia de uma história da literatura brasileira como expressão da realidade local e como tecido que dá sustentação na medida em que se sustenta na construção da independência política do Brasil. Não por acaso o ponto de chegada de sua tese, Machado de Assis, converte-se na representação ideal da autoconsciência literária, quando o

nacionalismo se tornou um sentimento íntimo na medida em que a realidade por si só já está perfeitamente assimilada pela inteligência literária. Se sua história é a dos brasileiros em seu desejo de ter uma literatura, a formação da consciência literária traduzida como uma vertente da consciência da realidade começa com os árcades e se completa na intimidade de Machado de Assis com seu tempo.

Entre a verdade, a ficção e os procedimentos literários há uma realidade subjacente que por vezes torna-se alvo de investigação tanto quanto o texto. É como se a Literatura brasileira pudesse traduzir um Brasil representado mesmo que de maneira inconsciente. Na misteriosa relação entre os termos, inserem-se a crítica sociológica e filológica, capazes de pensar as práticas literárias em sua consonância com a formação da sociedade sem deixar de perceber o movimento inverso. O esforço recai ainda sobre a busca de uma particularidade no universal e da universalidade do particular. A oposição entre localismo e cosmopolitismo, convertida em formalização estética de determinado sentimento de realidade, expressa o drama da adequação formal e da originalidade das Letras nacionais.

Na chave interpretativa do crítico quase tudo vira motivo nacionalista, e é essa visada que torna possível o agrupamento das mais variadas obras. A força do sistema transforma praticamente toda produção literária oitocentista em parte de um esforço coletivo por vezes absolutamente pragmático. É como se todo processo de criação estivesse voltado para objetivos comuns específicos. O artifício de denominar grupos, escolas e movimentos a partir de pressupostos conceituais ideais (Romantismo, Naturalismo) o permite estabelecer uma coerência artificial que legitime a configuração do sistema e garanta a observação unívoca de um projeto soberano que tem como um de seus primeiros efeitos a separação da Literatura portuguesa.

Partindo do pressuposto de que a literatura se articula em uma tensão entre o local e o universal, a estilização das condições locais torna-se o traço distintivo necessário para a originalidade nacional. Coube então ao romance, para se fazer brasileiro e particular, investir nessa adequação ou transformação formal, lançando mão de temas específicos programaticamente, tendo sempre como guia e motivação o desejo de recobrir o espaço para atingir, no melhor dos casos, o cerne dos processos culturais brasileiros.

Associada ao moderno surgimento da nação brasileira, a literatura em ato patriótico expurga sua referência axiomática portuguesa e se forma por força de um esforço cívico romântico. O romantismo, por sua vez, como primeira modalidade legítima de interpretação do Brasil, estabeleceria um programa claro e objetivo de revelação da essência nacional, tarefa na qual nem sempre teria sido bem-sucedido.

Com Antonio Candido, a Literatura brasileira assume, assim, de maneira quase definitiva o problema nacional. Torna-se praticamente impossível, uma vez aceita a ideia da “formação”, desvincular as noções de literatura, nacionalidade e representação da realidade. Como mostrou largamente Abel Barros Baptista (2005), a hegemonia deste paradigma estabelece os termos de compreensão e de canonização da produção literária oitocentista: seja exposto na superfície do texto, seja nas estruturas profundas, um Brasil subjacente surge como necessidade ontológica da literatura que desponta como herdeira de uma razão universal, tal um arbusto transportado e fecundado que gera novos galhos. A oposição entre local e universal, convertida em formalização estética de determinado sentimento de realidade, expressa, enfim, o drama da adequação formal e da originalidade das letras nacionais.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Abel Barros. **O livro agreste**: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____. **Zéverissimações ineptas da crítica**: repulsas e desabafos. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1909.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908. 5. ed. Brasília: UNB, 1998.